Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

20/12/2013

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. JUÍZES..... 1 - 2
   1.2. ORÇAMENTO..... 3 - 4
   1.3. POSSE..... 5 - 6
   1.4. PROJETO RECONHECER É AMAR..... 7 - 8
2. JORNAL ATOS E FATOS
   2.1. CASO DÉCIO SÁ..... 9
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   3.1. CASO DÉCIO SÁ..... 10
   3.2. EXECUÇÕES PENAIS..... 11
   3.3. POSSE..... 12
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   4.1. CASO DÉCIO SÁ..... 13 - 15
   4.2. COMARCAS..... 16
   4.3. DESEMBARGADORES..... 17 - 21
   4.4. JUÍZES..... 22
   4.5. POSSE..... 23 - 24
5. JORNAL EXTRA
   5.1. PROJETO RECONHECER É AMAR..... 25 - 26
   5.2. PUBLICIDADE LEGAL..... 27
6. JORNAL O DEBATE
   6.1. CASO DÉCIO SÁ..... 28
   6.2. POSSE..... 29 - 30
7. JORNAL O IMPARCIAL
   7.1. DESEMBARGADORES..... 31 - 33
   7.2. POSSE..... 34 - 36
8. JORNAL O QUARTO PODER
   8.1. CASO DÉCIO SÁ..... 37 - 38
9. JORNAL PEQUENO
   9.1. CASO DÉCIO SÁ..... 39 - 40
   9.2. DECISÕES..... 41 - 42
   9.3. DESEMBARGADORES..... 43
   9.4. EXECUÇÕES PENAIS..... 44 - 46
   9.5. JUÍZES..... 47
   9.6. ORÇAMENTO..... 48 - 49
   9.7. PONTO FACULTATIVO / FERIADO..... 50
   9.8. POSSE..... 51 - 53
   9.9. PUBLICIDADE LEGAL..... 54 - 57
   9.10. SEM ASSUNTO..... 58
   9.11. VARAS CRIMINAIS..... 59

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO – INICIATIVA DO JUIZ GARANTE ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO À POPULAÇÃO

Uma iniciativa do titular da Comarca de São Domingos do Azeitão, juiz Jorge Antonio Sales Leite, garantiu o atendimento psiquiátrico às comunidades do município e de Benedito Leite (termo judiciário).

Iniciado nessa terça-feira, o atendimento a pessoas com transtornos mentais por médico psiquiatra é fruto de um "processo de convencimento" realizado pelo magistrado junto aos gestores dos municípios e que resultou no convênio que tem por objeto o atendimento citado.

Segundo Jorge Sales, esse processo (convencimento) foi motivado pelas dificuldades verificadas pela comarca diante de ações judiciais que exigem laudo psiquiátrico - a exemplo de curatela, interdição e processos de crimes cometidos por pessoas que supostamente possuem transtornos do tipo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

NOVAS JUÍZAS AUXILIARES DA CAPITAL ASSINAM TERMO DE EXERCÍCIO

As magistradas Lorena Brandão e Samira Heluy assinaram, na manhã desta quinta-feira (19), na Corregedoria Geral da Justiça, seus termos de Exercício como juízas auxiliares de Entrância Final. A solenidade, realizada no gabinete do corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, foi acompanhada pelos juízes auxiliares da CGJ, Nélson Martins Filho e Isabella Lago, e mais o juiz Mário Márcio de Almeida, auxiliar da capital.

No ato da assinatura, o desembargador desejou muita sorte às juízas. "É com muito carinho que recebemos vocês aqui em São Luis. Já sei da competência e da qualidade de vocês duas, e desejo muita sorte nessa jornada que se inicia", observou Cleones Cunha.

A juíza Samira Heluy está há 15 anos na magistratura e passou pelas comarcas de Zé doca, Anajatuba, Timbiras, Pastos Bons, Imperatriz. A última comarca pela qual passou foi Itapecuru-Mirim, onde ficou pelo período de um ano e três meses. A juíza Lorena Brandão ingressou na magistratura em 1998 e passou pelas comarcas de Passagem Franca, Pindaré-Mirim, Barra do Corda e Vargem Grande.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TRT-MA libera alvarás judiciais para pagamento da dívida do Município de SL

A Seção de Precatórios do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA) recebeu do Comitê Gestor de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão o montante de R$ 890.336,30 para pagamento de precatórios do Município de São Luís. Os alvarás serão liberados a partir desta quinta-feira (19/12).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TRT-MA libera alvarás judiciais para pagamento da dívida do Município de SL

A Seção de Precatórios do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA) recebeu do Comitê Gestor de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão o montante de R$ 890.336,30 para pagamento de precatórios do Município de São Luís. Os alvarás serão liberados a partir desta quinta-feira (19/12).

Inicialmente, serão liberados 39 alvarás, para exeqüentes com trâmite preferencial por motivo de doença grave e idade avançada, até o teto legal de R$ 20.340,00, em quantia líquida e certa, independentemente do ano orçamentário de autuação do precatório, e os orçamentos de 2010 e 2011 de natureza alimentícia, com trâmite normal.

Para poder expedir os alvarás pertinentes aos processos 90399-2009, 90175-2011 e 90332-2009, a Seção de Precatórios aguarda a devolução dos referidos autos, que foram remetidos à Procuradoria Regional do Trabalho para manifestação quanto aos pedidos de seqüestro.

Segundo informações da chefe da Seção de Precatórios, Suzana Regina Pontes de Castro Moreira, o Município de São Luís apresenta um débito desde o ano orçamentário de 2010 e, mesmo com esse depósito, não conseguirá atualizar o pagamento do ente público. "Ainda assim, consideramos uma estatística positiva, pois reduziremos o passivo dos precatórios. Sabe-se que a execução contra a Fazenda Pública é um gargalo para muitos regionais, e o TRT16 vem tentando fazer a diferença de forma exitosa", disse Suzana Moreira.

A servidora também observou que toda a equipe da Seção de Precatórios do TRT comemora o fechamento do ano de 2013 com um saldo positivo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

MESA DIRETORA DO TJMA TOMA POSSE NESTA SEXTA

Pág. 3

Desembargadoras Cleonice Freire, Anildes Cruz e Nelma Sarney

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mesa diretora do TJMA toma posse nesta sexta

As desembargadoras Cleonice Freire, Anildes Cruz e Nelma Sarney tomarão posse nos cargos de presidente, vice e corregedora-geral da justiça, respectivamente, nesta sexta-feira (20), às 10 horas, no Auditório Madalena Serejo, no Fórum de São Luís, no Calhau (piso térreo), com a presença de autoridades dos poderes Executivo e Legislativo e magistrados.

É a primeira vez que a mesa diretora da Corte será integrada por três mulheres. As desembargadoras foram eleitas em sessão plenária administrativa, no dia 2 de outubro passado, para o biênio que vai de dezembro de 2013 a dezembro de 2015.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Provimento autoriza reconhecimento espontâneo de paternidade socioafetiva

Último ato assinado pelo desembargador Cleones Cunha como corregedor-geral da Justiça, Provimento nº 21/2013 autoriza o reconhecimento espontâneo de paternidade socioafetiva para pessoas maiores de 18 anos em cujo registro não haja paternidade estabelecida.

Pág. 6

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Provimento autoriza reconhecimento espontâneo de paternidade socioafetiva

Último ato assinado pelo desembargador Cleones Cunha como corregedor-geral da Justiça, Provimento nº 21/2013 autoriza o reconhecimento espontâneo de paternidade socioafetiva para pessoas maiores de 18 anos em cujo registro não haja paternidade estabelecida.

O reconhecimento da paternidade socioafetiva poderá ser requerido perante qualquer Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão, independente do lugar do assento de nascimento no Maranhão.

Anuência - Segundo o documento, o reconhecimento deve ser feito perante o oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN), mediante a apresentação de documento de identificação com foto e certidão de nascimento do filho (original ou cópia) e dependerá da anuência escrita do filho maior, perante esse oficial.

A coleta dessa anuência é restrita ao oficial de RCPN.

"Na falta ou impossibilidade de manifestação válida do filho maior, o caso será apresentado ao juiz competente", reza o documento.

Conceito de família – Entre as considerações do desembargador Cleones Cunha constantes do provimento, a ampliação do conceito de família pela Constituição, "contemplando o princípio de igualdade da filiação, através da inserção de novos valores, calcando-se no princípio da afetividade e da dignidade da pessoa humana".

Ressalta o corregedor da Justiça no documento: "Segundo assente na doutrina e na jurisprudência pátrias, não há, a priori, hierarquia entre a paternidade biológica e a socioafetiva, tendo esta como fundamento a afetividade, a convivência familiar, e a vontade livre de ser pai".

"É permitido o reconhecimento voluntário de paternidade perante o oficial de Registro Civil, devendo tal possibilidade ser estendida às hipóteses de reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva, já que ambos estabelecem relação de filiação, cujas espécies devem ser tratadas com igualdade jurídica", continua o corregedor no documento, ressaltando ainda "a existência de grande número de crianças e de adultos sem paternidade registral estabelecida, embora tenham relação de paternidade socioafetiva já consolidada".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Acusados da morte de Décio Sá começam a ser julgados em fevereiro

Dois dos 11 acusados do assassinato do jornalista Décio Sá serão julgados em fevereiro de 2014. O juiz titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Osmar Gomes dos Santos, marcou para o período de 03 a 05 a data do julgamento de Jhonathan de Sousa Silva (executor) e Marcos Bruno Silva de Oliveira. Eles serão levados a júri popular pelos crimes de homicídio e formação de quadrilha.

Décio Sá foi morto a tiros em 23 de abril de 2012, em um bar na Avenida Litorânea, em São Luis. O Ministério Público denunciou 12 pessoas pelo crime e, em agosto de 2013, onze foram pronunciadas para ir a júri popular.

Na semana passada o magistrado manteve a decisão de pronúncia em relação a José Raimundo Sales Chaves júnior, o "Júnior Bolinha"; os policiais Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros; Elker Farias Veloso; o capitão da PM, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o "Fábio Capita"; Fábio Aurélio do Lago e Silva, o "Bochecha"; os empresários Gláucio Alencar Pontes Carvalho e José de Alencar Miranda Carvalho (pai de Gláucio), que recorreram da pronúncia.

Jhonathan de Sousa será levado a júri popular

Na decisão do recurso, o juiz seguiu as contrarrazões do Ministério Público Estadual e remeteu o traslado dos recursos e do inquérito ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Também foi pronunciado em agosto o acusado Shirliano Graciano de Oliveira, que se manteve foragido durante todo o período da audiência de instrução do processo, realizada em maio de 2013, pelo juiz Márcio Brandão, que na época respondia pela 1ª Vara do tribunal do Júri.

Já o advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, denunciado pelo Ministério Público de participação no assassinato do jornalista não será levado a júri popular. Em outubro de 2013, o juiz Osmar Gomes impronunciou o acusado, por não verificar indícios suficientes que comprovem a autoria ou participação do advogado no crime.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Acusados da morte de Décio Sá serão julgados em fevereiro

Dois dos 11 acusados do assassinato do jornalista Décio Sá serão julgados em fevereiro de 2014. O juiz titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Osmar Gomes dos Santos, marcou para o período de 03 a 05 a data do julgamento de Jhonathan de Sousa Silva (executor) e Marcos Bruno Silva de Oliveira. Eles serão levados a júri popular pelos crimes de homicídio e formação de quadrilha.

Décio Sá foi morto a tiros em 23 de abril de 2012, em um bar na Avenida Litorânea, em São Luis. O Ministério Público denunciou 12 pessoas pelo crime e, em agosto de 2013, onze foram pronunciadas para ir a júri popular.

Na semana passada o magistrado manteve a decisão de pronúncia em relação a José Raimundo Sales Chaves júnior, o "Júnior Bolinha"; os policiais Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros; Elker Farias Veloso; o capitão da PM, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o "Fábio Capita"; Fábio Aurélio do Lago e Silva, o "Bochecha"; os empresários Gláucio Alencar Pontes Carvalho e José de Alencar Miranda Carvalho (pai de Gláucio), que recorreram da pronúncia.

Na decisão do recurso, o juiz seguiu as contrarrazões do Ministério Público Estadual e remeteu o traslado dos recursos e do inquérito ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Também foi pronunciado em agosto o acusado Shirliano Graciano de Oliveira, que se manteve foragido durante todo o período da audiência de instrução do processo, realizada em maio de 2013, pelo juiz Márcio Brandão, que na época respondia pela 1ª Vara do tribunal do Júri.

Já o advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, denunciado pelo Ministério Público de participação no assassinato do jornalista não será levado a júri popular. Em outubro de 2013, o juiz Osmar Gomes impronunciou o acusado, por não verificar indícios suficientes que comprovem a autoria ou participação do advogado no crime.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

APÓS BRIGA

Mais um detento é assassinado em Pedrinhas

Mais um detento morre no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Segundo a Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), um detento foi assassinado na tarde de ontem após uma briga no Presídio São Luís II. As causas da morte ainda não foram divulgadas, nem o nome do detento morto. Ainda segundo a Sejap, o caso está sendo averiguado.

Segundo informações repassadas pela rádio Mirante AM, o Sindicato dos Agentes Penitenciários teriam afirmado que, na verdade, há quatro mortos no Presídio. Os fatos, ainda, estão sendo apurados.

Vistoria- Há suspeita de que a briga entre os detentos seria uma reação a uma vistoria que foi realizada na tarde de ontem no Centro de Detenção de Pedrinhas (CDP).

Assassinatos em Pedrinhas- Com esse assassinato confirmado, já são seis detentos mortos só este mês de dezembro no Complexo Penitenciário de Pedrinhas e mais de 40 assassinados em 2013. No mês de outubro, já haviam sido contabilizadas 37 mortes.

Por causa da situação precária dos presídios no Estado, a Organização dos Estados Americanos (OEA) cobrou, do governo do Estado, medidas efetivas para evitar as mortes e danos à integridade pessoal dos detentos do Complexo Penitenciário e Pedrinhas.

Um relatório, divulgado no último dia 17, apontou que os presídios do Maranhão estão em situação preocupante. A comitiva formada por representantes da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) observou aspectos de infraestrutura, capacidade de recolhimento dos presos, situação processual em que se encontrava o detido, entre outras. Reuniões com o Tribunal de Justiça e com o governo do Estado também ocorreram durante a visita ao Estado, com o intuito de adotar medidas conjuntas para reduzir o acúmulo de problemas pelos quais passa o sistema prisional maranhense.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

INÉDITO

Três mulheres comandam Judiciário estadual

A poucos dias do final do ano em que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) completou dois séculos de existência, o Poder Judiciário estadual passará a ser comandado por três mulheres, algo inédito em sua história. Às 10h de hoje as desembargadoras Cleonice Freire, Anildes Cruz e Nelma Sarney tomarão posse nos cargos de presidente, vice e corregedora-geral da justiça, respectivamente.

O local da solenidade também leva nome de mulher: o auditório Madalena Serejo, em homenagem à desembargadora falecida em 9 de março deste ano, situado no térreo da sede do Fórum de São Luís, no Calhau.

Para completar, a presidente eleita receberá o cargo da desembargadora Maria dos Remédios Buna Magalhães, empossada na presidência após a renúncia do desembargador Guerreiro Júnior, na última quarta-feira, candidato eleito para membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA).

As três integrantes da nova mesa diretora foram eleitas em sessão plenária administrativa, no dia 2 de outubro passado, para o biênio que vai de dezembro de 2013 a dezembro de 2015.

"Precisamos passar 200 anos para que a mesa diretora do Tribunal de Justiça fosse ocupada por mulheres. Vou ter a alegria de dividir o cotidiano da Corte com as duas. Com os senhores, colegas, dividiremos tarefas e responsabilidades", destacou Cleonice Freire, na data em que foi eleita presidente.

COLAR - A cerimônia de hoje será aberta pela presidente Buna Magalhães. Ela dará posse a Cleonice Freire, que receberá o Colar Judiciário "Clóvis Bevilacqua", com o qual são agraciados os desembargadores-presidentes.

A nova presidente assumirá os trabalhos e, em seguida, dará posse à vice, Anildes Cruz, e à corregedora-geral da Justiça, Nelma Sarney.

O discurso de saudação às três magistradas ficará a cargo do desembargador Lourival Serejo. Por fim, a presidente Cleonice Freire fará seu discurso de posse.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Acusados vão a júri em 3 de fevereiro

Jhonatan de Sousa Silva e Marcos Bruno Silva de Oliveira serão julgados de 3 a 5 de fevereiro de 2014 por homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha. **Polícia 7**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Começa em fevereiro julgamento de envolvidos no Caso Décio Sá

Jhonatan de Sousa Silva, o executor, e Marcos Bruno Silva de Oliveira, o piloto da moto usada no crime, serão os primeiros a ser julgados, nos dias 3, 4 e 5; eles responderão por homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha

Saulo Maclean
Da equipe de **O Estado**

O juiz titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Osmar Gomes dos Santos, marcou para os dias 3, 4 e 5 de fevereiro de 2014 o julgamento de dois dos 11 acusados de participação no assassinato encomendado do jornalista Décio Sá, de 42 anos, ocorrido em abril de 2012, em um bar na Avenida Litorânea, na capital. Os primeiros a sentar no banco dos réus serão os executores do crime.

Jhonatan de Sousa Silva, de 25 anos, pistoleiro paraense que confessou ter assassinado o repórter da editoria de Política de **O Estado**, afirmou em junho deste ano, em depoimento à Justiça, que matou Décio Sá a mando do empresário José Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, de 38 anos, apontado como principal intermediador do crime.

O segundo réu, apontado como executor da morte do jornalista, é o bacabalense Marcos Bruno Silva de Oliveira, de 29 anos. Segundo a Polícia Civil do Maranhão, foi ele quem pilotou a moto Honda Fan 150 vermelha (NNH-7680) para que o matador chegasse ao bar e restaurante Estrela do Mar, na orla marítima da capital, executasse a vítima dentro do estabelecimento e fugisse em seguida do local

Jhonatan de Sousa Silva, o executor, e Marcos Bruno Silva de Oliveira, os primeiros a serem julgados

Marcos Bruno de Oliveira e Jhonatan de Sousa Silva, portanto, serão levados a júri popular pelos crimes de homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha. O matador de aluguel foi preso 43 dias após o crime, flagrado em uma chácara, no bairro Miritiua, no município de São José de Ribamar. Na ocasião, o jovem pistoleiro estava em companhia de um primo e portava arma de fogo e drogas.

Já o réu apontado como piloto de fuga ao assassino foi preso sete meses depois do crime,

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

identificado em meio a uma quadrilha de *hackers*, desarticulada por policiais da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), em novembro de 2012, no bairro Cohafuma. Em depoimento à Justiça, o réu negou a acusação, e afirmou não reconhecer sua assinatura nas oitivas da polícia judiciária.

Conforme as investigações, Décio Sá foi morto por ter sido o primeiro a denunciar, em sua página na internet (blogdodecio.com.br), que o assassinato do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos - crime ocorrido no dia 31 de março de 2012, na cidade de Teresina-PI -, havia sido encomendado por um grupo de agiotas estabelecido no Maranhão. Pai e filho foram acusados.

José de Alencar Miranda de Carvalho, de 74 anos, e Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 36 anos, segundo a polícia maranhense, foram os líderes da rede de agiotagem que encomendou a morte do jornalista, oferecendo ao matador a quantia de R$ 100 mil pelo serviço. Além destes, outros foram apontados como intermediadores do crime, entre eles dois policiais civis e um oficial da Polícia Militar.

Mais

Em setembro de 2012, o Ministério Público Estadual (MP) denunciou 12 pessoas pelo assassinato de Décio Sá. Em agosto deste ano, 11 foram pronunciadas a júri popular. Os advogados de defesa dos réus recorreram, mas o juiz Osmar Gomes dos Santos manteve a pronúncia dos acusados dos policiais civis Alcides Nunes da Silva, de 56 anos, e Joel Durans Medeiros, de 59 anos, do capitão da PM, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o *Fábio Capita*, de 38 anos.

Também estão na lista de pronunciados pela 1ª Vara do Tribunal do Júri os réus Elker Farias Veloso, de 28 anos, Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Bochecha*, de 34 anos, e Shirliano Graciano de Oliveira, conhecido como Balão, de 28 anos, este último ainda foragido, todos apontados como intermediadores da morte do jornalista. Na lista de denunciados do MP, o único que não foi pronunciado a júri foi o advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, de 32 anos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Cinema

TIMON - A 8ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos na América do Sul foi realizada na Comarca de Timon. O evento, organizado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em parceria com o Ministério da Cultura, ocorreu, na semana passada, no Salão do Júri da comarca, na Rua Dra. Elizete de Oliveira Farias, s/nº, Parque Piauí, com entrada gratuita. A mostra é composta de cinco filmes brasileiros, que abordam temáticas relacionadas aos direitos humanos. Um dos destaques é o documentário Katia, da diretora Karla Holanda, o qual conta a história da primeira transexual eleita para um cargo político.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

De Jesus

Froz Sobrinho e Guerreiro Júnior se cumprimentam após eleição

Froz Sobrinho assume a presidência do TRE-MA

Desembargador comandará as eleições 2014; desembargador Guerreiro Júnior foi escolhido o vice-presidente e corregedor eleitoral. **Política 3**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Froz Sobrinho e Guerreiro Júnior vão comandar as eleições de 2014 no MA

Desembargadores foram eleitos ontem, respectivamente, presidente e corregedor eleitoral, em sessão oficial com os novos membros do TRE-MA

Carla Lima
Da editoria de Política

O desembargador Froz Sobrinho é o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Ele foi escolhido ontem, por aclamação, pela Corte Eleitoral. Também foi eleito o corregedor eleitoral, desembargador Guerreiro Júnior - que tomou posse ontem como membro efetivo do tribunal.

Uma eleição sem disputa. Assim, ocorreu a escolha da nova diretoria do TRE. Ao contrário do que era esperado - uma eleição para presidente com disputa entre os dois desembargadores da Corte -, os magistrados preferiram o consenso. Guerreiro Júnior abriu mão de concorrer ao cargo e solicitou aos membros do pleno a aclamação de Froz Sobrinho.

O mesmo ocorreu para a cadeira de corregedor eleitoral. Apesar de todos os juízes eleitorais poderem participar, foi feita

De Jesus

Já eleito presidente, Fróz Sobrinho empossa Guerreiro Júnior no posto de corregedor eleitoral

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

a aclamação de Guerreiro Júnior.

Os desembargadores justificaram a decisão de não estabelecer qualquer disputa em nome da harmonia. "Isso é um demonstração que estamos em harmonia. Não fazia sentido algum disputar a presidência com o Fróz Sobrinho, um amigo que cuidou de uma das áreas mais problemática da Justiça que diz respeito ao sistema prisional", disse Guerreiro Júnior.

Com o compromisso de trabalhar em conjunto, os novos presidente do TRE e corregedor eleitoral disseram que terminar o recadastramento biométrico e organizar a Justiça Eleitoral do Maranhão para as eleições do próximo ano serão os principais desafios para nova administração do tribunal.

Froz Sobrinho garantiu que até maio o registro de eleitores é prioridade com disponibilidade de postos e pessoal da Justiça Eleitoral para atender todos os eleitores, inclusive os que serão cadastrados no sistema biométrico como os de São Luís.

"Além disso, sabemos que com o fim das convenções eleitorais chega a hora da campanha eleitoral, e nós, da Justiça Eleitoral, vamos nos preparar para que o processo seja feito com eficiência e transparência", afirmou o presidente do TRE.

Para que Guerreiro Júnior fosse empossado como membro efetivo do TRE, era necessário que o desembargador José Bernardo Rodrigues deixasse o mandato. E foi isso o que ocorreu. O então presidente do tribunal renunciou ao mandato de presidente e de membro efetivo da Justiça Eleitoral.

Em seu discurso de despedida, José Bernardo Rodrigues falou dos desafios que enfrentou e o objetivo principal encontrado, que foi fazer o recadastramento biométrico em São Luís, um das nove capitais que já têm o voto por meio do sistema de identificação por impressão digital.

O desembargador falou ainda das reformas nas sedes da Justiça Eleitoral no interior do estado e da verba de R$ 10,2 milhões disponíveis para a construção de novos fóruns eleitorais.

"Saio com a total sensação de dever cumprido. Sabendo que contribuí com a sociedade do meu estado da minha cidade", afirmou José Bernardo, que teve sua fotografia inserida na galeria de corregedores eleitorais, já que este desempenhou essa função de dezembro de 2011 a fevereiro de 2013.

Biné Morais

Anildes Cruz, Cleonice Freire e Nelma Sarney na Mesa do TJ-MA

Mais

Deixou o cargo de membro efetivo do tribunal o jurista Sérgio Muniz. Ele concluiu seu segundo biênio. Para a vaga aberta com a saída de Muniz foi empossado o advogado Daniel Blume, que é membro substituto do TRE, assim como Eduardo Moreira.

Nova Mesa do TJ será empossada

Tomarão posse hoje as desembargadoras Cleonice Freire, Anildes Cruz e Nelma Sarney nos mandatos de presidente, vice-presidente e corregedora geral do Tribunal de Justiça. Elas foram eleitas em outubro por unanimidade para o biênio 2014/2015. A solenidade acontecerá às 10h no Fórum desembargador Sarney Costa.

Será a primeira vez que o TJ terá somente mulheres na Mesa Diretora. Cleonice Freire foi eleita presidente da Corte de Justiça por unanimidade, com 23 dos 25 votos daquela sessão. Anildes Cruz foi eleita com 22 e Nelma Sarney com o mesmo número de votos da vice-presidente eleita.

Na época da eleição para a nova composição da Mesa Diretora do TJ, Cleonice Freire chegou a dizer que foram necessários 200 anos para que o tribunal fosse comandado completamente por mulheres.

"Precisamos passar 200 anos para que a Mesa Diretora do Tribunal de Justiça fosse ocupada por mulheres. Vou ter a alegria de dividir o cotidiano da Corte com as duas", disse Cleonice Freire.

Cleonice Freire será empossada pela presidente Maria dos Remédios Buna, que assumiu esta semana o comando do TJ.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Articulação e experiência

Desde ontem, a Justiça Eleitoral do Maranhão está sob o comando do desembargador Froz Sobrinho, eleito presidente. Ele terá como vice-presidente e corregedor o desembargador Guerreiro Júnior, até quarta-feira presidente do Tribunal de Justiça. Com essa cúpula, que terá a responsabilidade de coordenar as eleições gerais do ano que vem, a Justiça Eleitoral conta com dois fatores altamente positivos: a articulação visando à modernização, e a experiência com o mesmo objetivo.

Um dos expoentes da nova geração de integrantes do Tribunal de Justiça, o novo presidente da Justiça Eleitoral, desembargador Froz Sobrinho é um dos mais bem articulados membros da Corte, com bom trânsito no Judiciário e no Ministério Público - do qual é oriundo - e nas esferas federais da Justiça. Tanto que tem participado de diversos programas nacionais organizados pelo Conselho de Justiça (CNJ). Com o período de um ano como corregedor eleitoral, sabe exatamente o que deve ser feito e tem todas as condições de presidir o processo eleitoral sem problemas.

Até quarta-feira presidente do TJ - cargo ao qual renunciou 48 horas antes de terminar o mandato, exatamente para ser eleito para a vaga de desembargador na Justiça Eleitoral, aberta com o fim do biênio do desembargador José Bernardo Rodrigues - e montado numa longa trajetória marcada pela cultura jurídica, o desembargador Guerreiro Júnior levará para o TRE-MA uma sólida experiência. Reúne todas as condições para ser um corregedor eficiente.

A Justiça Eleitoral é uma instituição ajustada, com regras bem definidas e que tem corpo funcional e técnico próprio. Mas essa engrenagem não funciona a contento sem um comando bem informado, articulado e eficiente. E nos bastidores do Poder Judiciário a avaliação geral é que o presidente Froz Sobrinho dará uma dinâmica própria à máquina eleitoral. Contando para isso com o apoio do vice-presidente e corregedor Guerreiro Júnior.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Prêmio Madalena Serejo será entregue pela Amma a juízes

Associação homenageia os magistrados que se destacaram na atividade jurisdicional

A Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) realiza hoje, às 21h, no Bufett Panete, a festa do Prêmio Madalena Serejo, que tem por objetivo identificar, disseminar e reconhecer a presteza na atividade jurisdicional, assim como as práticas bem sucedidas na Justiça maranhense que estejam contribuindo ou contribuíram para sua modernização, rapidez e eficiência. O evento leva o nome da desembargadora maranhense Madalena Alves Serejo, falecida no dia 9 de março deste ano.

O Prêmio Madalena Serejo está dividido nas categorias "Práticas Especiais" e "Presteza na Atividade Jurisdicional". Na primeira categoria, concorrem oito magistrados. Na segunda, serão premiados os juízes que obtiveram o melhor desempenho jurisdicional durante o ano de 2013.

Concorrem ao prêmio na categoria "Práticas Especiais" os juízes Alexandre Lopes Abreu, com o trabalho *Tratamento das demandas da saúde*; André Ewerton Martins, com o projeto *Dia do Jovem na Justiça*; Davi Mourão Guimarães Meneses, com *Caminho suave para cidadania*; Artur Gustavo Azevedo do Nascimento, autor do projeto *Controle biométrico da apresentação de apenados e beneficiados*; Marco Aurélio Barreto Marques, com a prática *Jurisdicionar e educar: ativismo extraprocessual em prática*; Francisco Ferreira de Lima, autor do projeto *O Poder Judiciário na luta contra as drogas*; Lúcia Quadros, com a prática *Reconhecer e Amar!*, e o desembargador Paulo Velten, com o projeto *Gabinete 28*.

A categoria "Presteza na Atividade Jurisdicional" será identificada segundo índices de produtividade apurados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para a aferição da "gratificação de produtividade judiciária".

Os trabalhos que disputam a categoria "Práticas Especiais" foram analisados pela Comissão Julgadora, composta pelo desembargador Lourival Serejo (presidente), Isabela Lago e Nilo Ribeiro Filho.

Medalhas - A comissão também escolherá os juízes que receberão medalhas na categoria "Presteza" entre aqueles cuja unidade judicial recebeu Gratificação por Produtividade Judicial (GPJ), conforme a Resolução 05/2013 da Amma, que regulamenta a premiação.

O presidente da Amma, juiz Gervásio Santos, destacou que a Medalha Madalena Serejo objetiva, também, estimular a realização de ações de modernização no âmbito do Poder Judiciário maranhense, dando visibilidade às práticas de sucesso, contribuindo para a imagem de uma Justiça mais moderna e eficiente junto à opinião pública.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

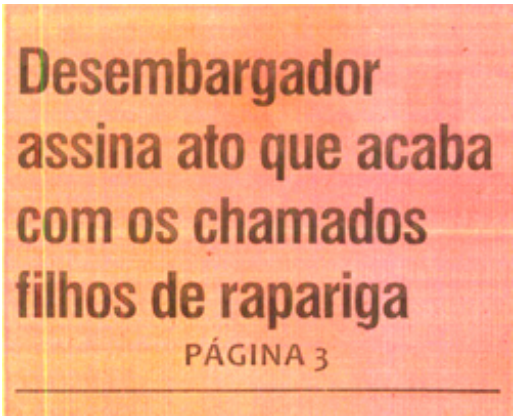
• **As desembargadoras** Cleonice Freire (presidente), Anildes Cruz (vice) e Nelma Sarney (corregedora) comandarão o Poder Judiciário a partir de hoje.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Três mulheres vão comandar o Judiciário

As desembargadoras Cleonice Freire, Anildes Cruz e Nelma Sarney tomam posse, às 10h, de hoje, no auditório Madalena Serejo, na sede do Forum, no Calhau, nos cargos de presidente, vice e corregedora-geral da justiça, respectivamente, do TJ do Maranhão. O evento é um fato inédito na justiça maranhense.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela



Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Desembargador assina ato que acaba com os chamados filhos de raparigas

Último ato assinado pelo desembargador Cleones Cunha como corregedor-geral da Justiça, Provimento nº 21/2013 autoriza o reconhecimento espontâneo de paternidade socioafetiva para pessoas maiores de 18 anos em cujo registro não haja paternidade estabelecida.

O reconhecimento da paternidade socioafetiva poderá ser requerido perante qualquer Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão, independente do lugar do assento de nascimento no Maranhão.

Anuência - Segundo o documento, o reconhecimento deve ser feito perante o oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN), mediante a apresentação de documento de identificação com foto e certidão de nascimento do filho (original ou cópia) e dependerá da anuência escrita do filho maior, perante esse oficial.

A coleta dessa anuência é restrita ao oficial de RCPN.

"Na falta ou impossibilidade de manifestação válida do filho maior, o caso será apresentado ao juiz competente", reza o documento.

Conceito de família – Entre as considerações do desembargador Cleones Cunha constantes do provimento, a ampliação do conceito de família pela Constituição, "contemplando o princípio de igualdade da filiação, através da inserção de novos valores, calcando-se no princípio da afetividade e da dignidade da pessoa humana".

Ressalta o corregedor da Justiça no documento: "Segundo assente na doutrina e na jurisprudência pátrias, não há, a priori, hierarquia entre a paternidade biológica e a socioafetiva, tendo esta como fundamento a afetividade, a convivência familiar, e a vontade livre de ser pai".

"É permitido o reconhecimento voluntário de paternidade perante o oficial de Registro Civil, devendo tal possibilidade ser estendida às hipóteses de reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva, já que ambos estabelecem relação de filiação, cujas espécies devem ser tratadas com igualdade jurídica", continua o corregedor no documento, ressaltando ainda "a existência de grande número de crianças e de adultos sem paternidade registral estabelecida, embora tenham relação de paternidade socioafetiva já consolidada".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO MARANHÃO
COMARCA DE VIANA
MUNICÍPIO DE VIANA
DISTRITO DE VIANA
RUA ANTONIO LOPES Nº 593 – CENTRO
VIANA-MA

EDITAL DE LOTEAMENTO URBANO

RAIMUNDA DA CONCEIÇÃO GOMES BARROS, Oficial Titular do Cartório de Registro de Imóvel do Município de Viana MA Comarca de Viana, Estado do Maranhão, na forma da Lei **FAZ PUBLICO**, a todos os interessados que ao cumprimento ao disposto na Lei 6.766 de 19/12/1979, que a **DIMENSÃO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 41.503.939/0001-56, com sede na Av. dos Holandeses, 07, Q 01, Calhau, em São Luís – MA, apresentou em 17/12/2013, sob Protocolo nº 2247, fls. 77, livro 1-E, requerimento e documentação para o registro do **LOTEAMENTO** denominado **"PAPA FRANCISCO"**, encravada na gleba **"SÃO JOÃO"**, neste Município, aprovado pelo Poder Publico Municipal através do Alvara nº 001/2013 em 11 de novembro de 2013, cujo o terreno situado na MA 014, km 4,5, neste Município, foi desmembrado de uma área maior encontrando-se matriculado sob nº 3.790, fls. 90, livro 2-V em data de 04 de dezembro de 2013, do Registro Geral deste Cartório, formando pela Área total de 314.224,37m² (trezentos e quatorze mil, duzentos e vinte quatro metros e trinta e sete centímetros quadrado), confrontando-se com MA 014, com as terras remanescente da Fazenda "SÃO JOÃO", I e II e terreno de terceiros. Área de terras acima descrita possui configuração geométrica de um Polígono Irregular. Área Verde com 54.701,27m², Área Institucional com 36.018,62m² e Área/Pavimentação 86.884,48m². E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se e publicou-se este edital, contendo, ao final, pequeno desenho de localização da área, sendo que as impugnações daqueles que se julgarem prejudicados quanto ao domínio do referido imóvel, deverão ser apresentadas dentro do prazo de 15 (quinze dias) a contar da data da terceira e última publicação do presente edital. Findo o prazo e não havendo reclamação, será feito o registro, ficando os documentos à disposição dos interessados, neste Cartório, durante o horário de expediente ao publico. Dado e passado nesta cidade de Viana, Estado do Maranhão, aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e treze. Eu, [illegible] Oficial do Registro de Imóvel expediu o presente edital que vai por mim subscrito e assinado.

Viana-MA, 17 de dezembro de 2013

Raimunda da Conceição G. Barros
Tabelia Titular

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Acusados da morte de Décio Sá vão a julgamento

Dois dos 11 acusados do assassinato do jornalista Décio Sá serão julgados em fevereiro de 2014. O juiz titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Osmar Gomes dos Santos, marcou para o período de 03 a 05 a data do julgamento de Jhonathan de Sousa Silva (executor) e Marcos Bruno Silva de Oliveira. Eles serão levados a júri popular pelos crimes de homicídio e formação de quadrilha.

Décio Sá foi morto a tiros em 23 de abril de 2012, em um bar na Avenida Litorânea, em São Luis. O Ministério Público denunciou 12 pessoas pelo crime e, em agosto de 2013, onze foram pronunciadas para ir a júri popular.

Na semana passada o magistrado manteve a decisão de pronúncia em relação a José Raimundo Sales Chaves júnior, o "Júnior Bolinha"; os policiais Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros; Elker Farias Veloso; o capitão da PM, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o "Fábio Capita"; Fábio Aurélio do Lago e Silva, o "Bochecha"; os empresários Gláucio Alencar Pontes Carvalho e José de Alencar Miranda Carvalho (pai de Gláucio), que recorreram da pronúncia.

Na decisão do recurso, o juiz seguiu as contrarrazões do Ministério Público Estadual e remeteu o traslado dos recursos e do inquérito ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Também foi pronunciado em agosto o acusado Shirliano Graciano de Oliveira, que se manteve foragido durante todo o período da audiência de instrução do processo, realizada em maio de 2013, pelo juiz Márcio Brandão, que na época respondia pela 1ª Vara do tribunal do Júri.

Já o advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, denunciado pelo Ministério Público de participação no assassinato do jornalista não será levado a júri popular. Em outubro de 2013, o juiz Osmar Gomes impronunciou o acusado, por não verificar indícios suficientes que comprovem a autoria ou participação do advogado no crime.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

POLÍTICA PAG. 03

Três mulheres comandam o TJMA a partir desta sexta

Desembargadoras Aniles Cruz, Cleonice Freire e Nelma Sarney

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Três mulheres comandam TJMA a partir desta sexta

As três integrantes da nova mesa diretora foram eleitas em sessão plenária administrativa, no dia 2 de outubro passado, para o biênio que vai de dezembro de 2013 a dezembro de 2015

Desembargadoras Aniles Cruz, Cleonice Freire e Nelma Sarney

A poucos dias do final do ano em que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) completou dois séculos de existência, o Poder Judiciário estadual passará a ser comandado por três mulheres, algo inédito em sua história. Às 10h desta sexta-feira (20), as desembargadoras Cleonice Freire, Anildes Cruz e Nelma Sarney tomarão posse nos cargos de presidente, vice e corregedora-geral da justiça, respectivamente.

O local da solenidade também leva nome de mulher: o auditório Madalena Serejo, em homenagem à desembargadora falecida em 9 de março deste ano, situado no térreo da sede do Fórum de São Luís, no Calhau.

Para completar, a presidente eleita receberá o cargo da desembargadora Maria dos Remédios Buna Magalhães, empossada na presidência após a renúncia do desembargador Guerreiro Júnior, na última quarta-feira, candidato eleito para membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA).

As três integrantes da nova mesa diretora foram eleitas em sessão plenária administrativa, no dia 2 de outubro passado, para o biênio que vai de dezembro de 2013 a dezembro de 2015.

"Precisamos passar 200 anos para que a mesa diretora do Tribunal de Justiça fosse ocupada por mulheres. Vou ter a alegria de dividir o cotidiano da Corte com as duas. Com os senhores, colegas, dividiremos tarefas e responsabilidades", destacou Cleonice Freire, na data em que foi eleita presidente.

COLAR - A cerimônia desta sexta será aberta pela presidente Buna Magalhães. Ela dará posse a Cleonice Freire, que receberá o Colar Judiciário "Clóvis Bevilacqua", com o qual são agraciados os desembargadores-presidentes.

A nova presidente assumirá os trabalhos e, em seguida, dará posse à vice, Anildes Cruz, e à corregedora-geral da Justiça, Nelma Sarney.

O discurso de saudação às três magistradas ficará a cargo do desembargador Lourival Serejo. Por fim, a presidente Cleonice Freire fará seu discurso de posse.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Froz Sobrinho e Guerreiro Júnior aclamados na direção do TRE

Uma eleição sem disputa. Foi assim que os desembargadores José de Ribamar Froz Sobrinho e Antônio Pacheco Guerreiro Júnior chegaram, respectivamente, à presidência e à Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

GERAL 5

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-MA tem novos membros

Judiciário eleitoral maranhense tem novo presidente e corregedor. Froz Sobrinho e Guerreiro Júnior foram aclamados para ocupar os cargos no próximo biênio do órgão

Os desembargadores José de Ribamar Froz Sobrinho e Antonio Pacheco Guerreiro Júnior foram aclamados presidente e corregedor (respectivamente) do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão na tarde de ontem, durante sessão solene realizada no plenário do órgão.

"Agradeço a Deus por mais esta oportunidade de servir as pessoas, na nobre missão de distribuir justiça e por ter me abençoado com a minha maravilhosa família, que se dedica a mim por puro amor, sem receber quase nada em troca. Agradeço também aos desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça, bem como aos membros do Regional, pela escolha do meu nome para ser alçado nesta data ao cargo de presidente, comprometendo-me ainda mais aos deveres que meu cargo impõe", pontuou o novo presidente.

Guerreiro Júnior foi conduzido até o plenário para prestar o compromisso regimental e receber a Medalha do Mérito Eleitoral "Ministro Arthur Quadros Collares Moreira" pelos juízes estaduais José Eulálio Figueiredo de Almeida e Alice de Sousa Rocha.

Froz Sobrinho e Guerreiro Júnior recebem o diploma de membros do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Após ser agraciado com a comenda, o empossado agradeceu a confiança de seus pares do Tribunal de Justiça - que o elegeram para o TRE, local onde desempenhará as funções de vice-presidente e corregedor. O desembargador tomou posse, substituindo José Bernardo Silva Rodrigues, cujo biênio como membro efetivo da Corte Eleitoral encerrou também neste dia 19.

"Declinei da disputa, abrindo mão do cargo de presidente por enxergar no desembargador Froz Sobrinho um companheiro fiel, que assumiu no Tribunal de Justiça, enquanto eu era presidente daquela Casa, uma função difícil, que é o de coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, papel pelo qual ele vem se destacando. Eu assumo agora a Corregedoria, prometendo cumprir com os deveres do cargo. Tenho certeza que minha gestão compartilhada com Froz Sobrinho será marcada pela harmonia e por mais avanços", explicou Guerreiro Júnior.

> Agradeço a Deus por mais esta oportunidade de servir as pessoas, na nobre missão de distribuir justiça
>
> ***Froz Sobrinho***, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

> Eu assumo agora a Corregedoria, prometendo cumprir com os deveres do cargo
>
> ***Guerreiro Júnior***, corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

Galeria de corregedores

No início da sessão solene, inaugurou-se a Galeria de Corregedores, onde foi descerrada a fotografia do desembargador José Bernardo Silva Rodrigues e entregue uma placa de reconhecimento ao trabalho incansável, sério e ético da juíza Joseane de Jesus Corrêa Bezerra quando de sua passagem como diretora do Fórum Eleitoral de São Luís. Logo depois, Bernardo Rodrigues e o jurista Sergio Murilo de Paula Barros Muniz despediram-se da Corte.

Juízes auxiliares

O desembargador Raimundo Barros e as juízas Clemência Almada (federal) e a Maria José França Ribeiro (estadual) foram anunciados componentes da comissão de juízes auxiliares que serão encarregados da fiscalização da propaganda eleitoral, bem como pela apreciação das reclamações ou representações que lhes forem dirigidas decorrentes das eleições de 2014 (Resolução nº 8454). Já o juiz Raimundo Neris Ferreira foi indicado auxiliar da presidência do Regional.

Prestigiaram a cerimônia autoridades federais, estaduais e municipais de todas as esferas de poder, além de familiares dos empossados.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

2 Tomam posse hoje, no Tribunal de Justiça, as desembargadoras Cleonice Silva Freire (presidente), Anildes de Jesus Chaves Cruz (vice-presidente) e Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa (corregedora-geral de Justiça). Em 200 anos de história, é a primeira vez que o Judiciário do Maranhão é comandado por três mulheres.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUSTIÇA

Três mulheres vão comandar o TJMA a partir de hoje

As desembargadoras Cleonice Freire (presidente), Anildes Cruz (vice-presidente) e Nelma Sarney (corregedora) serão empossadas hoje, às 9 horas, no Fórum Desembargador Sarney Costa.

POLÍTICA 2

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

JUDICIÁRIO

TJ mais feminino a partir de hoje

Cleonice Freire assume maior instância do Judiciário maranhense. Além dela, outras duas mulheres vão compor a Mesa Diretora. Anildes e Nelma vão ocupar a vice-presidência e a Corregedoria

CLODOALDO CORRÊA

Anildes, Cleonice e Nelma vão comandar o próximo biênio do Judiciário. Mulheres demonstram força

A partir de hoje, o Judiciário maranhense inicia uma nova fase. O Tribunal de Justiça passa a ser gerido por três mulheres pelos próximos dois anos. Tomarão posse as desembargadoras Cleonice Freire (presidente), Anildes Cruz (vice-presidente) e Nelma Sarney (corregedora). A posse do trio será hoje, às 10h, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

No dia da eleição da nova Mesa Diretora, em 2 de outubro, a nova presidente do Judiciário estadual deu muita ênfase no ineditismo de ter três mulheres no comando do Tribunal. "Precisamos esperar 200 anos de Tribunal para que a Corte seja composta por mulheres. É um momento histórico para o Judiciário do Maranhão", afirmou à época. Mais uma curiosidade é que o local da posse também homenageia uma mulher da magistratura. O auditório Madalena Serejo, que leva o nome da desembargadora falecida em 9 de março deste ano.

A posse será dada pela atual presidente do TJMA, desembargadora Maria dos Remédios Buna. Ela assumiu a presidência com a renúncia de Guerreiro Júnior, que foi eleito membro do Tribunal Regional Eleitoral.

Na cerimônia, Cleonice Freire receberá o Colar Judiciário "Clóvis Bevilacqua", símbolo da presidência do TJMA. De acordo com o regimento, ela dará posse à vice, Anildes Cruz, e à corregedora-geral da Justiça, Nelma Sarney. Também ficará a cargo de Cleonice dar posse ao juiz Jesus Guanaré, novo diretor do Fórum Sarney Costa. Ainda não está definido se a posse do novo diretor será feita ainda hoje.

Durante o ato de transmissão do cargo, anunciou a conclusão do relatório de sua gestão, exercida de 16 de dezembro de 2011 a 18 de dezembro deste ano, e agradeceu a colaboração de todos os desembargadores, diretores do Tribunal e servidores à sua administração.

A desembargadora Cleonice tem um perfil discreto, mas costuma ser dura nas discussões que trava no plenário do TJMA. Agora deverá ser mais conciliadora na condição de presidente. O desejo da nova presidente é implantar algumas metas que deverão ser anunciadas durante a posse. Para Cleonice, uma boa administração deve ser precedida de um bom planejamento, que garante já vem fazendo desde a eleição.

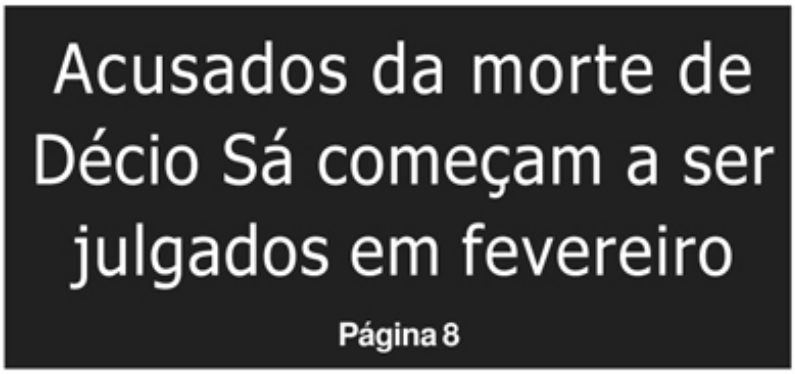
O ex-presidente e agora membro do TRE-MA, Guerreiro Júnior, destacou de sua gestão principalmente obras que fizeram o judiciário chegar a mais localidades, como a construção do juizado especial da comarca de Santa Inês, com estrutura de blocos de aço revestido e garantia de 25 anos. "Escrevi a minha página na história do Poder Judiciário e saio da presidência tranquilo, certo do dever cumprido, deixando o Tribunal com a contabilidade em ordem, com todas as contas pagas. Na minha gestão, não houve confronto ou incidentes no plenário", declarou.

> **Escrevi a minha página na história do Poder Judiciário e saio da presidência tranquilo, certo do dever cumprido, deixando o Tribunal com a contabilidade em ordem, com todas as contas pagas. Na minha gestão, não houve confronto ou incidentes no plenário**
>
> ***Guerreiro Júnior**, ex-presidente do TJMA*

Guerreiro também destacou na sua gestão a implantação de 14 centros de conciliação, com o objetivo de aproximar o Poder Judiciário da comunidade.

Cleonice Freire foi eleita com 23 votos. Para vice-presidente, Anildes Cruz foi eleita com 22 votos, mesma votação de Nelma Sarney para o cargo de corregedora-geral.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Caso Décio Sá

Acusados começam a ser julgados em fevereiro

Jhonathan de Sousa Silva

Dois dos 11 acusados do assassinato do jornalista Décio Sá serão julgados em fevereiro de 2014. O juiz titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Osmar Gomes dos Santos, marcou para o período de 03 a 05 a data do julgamento de Jhonathan de Sousa Silva (executor) e Marcos Bruno Silva de Oliveira. Eles serão levados a júri popular pelos crimes de homicídio e formação de quadrilha.

Décio Sá foi morto a tiros em 23 de abril de 2012, em um bar na Avenida Litorânea, em São Luis. O Ministério Público denunciou 12 pessoas pelo crime e, em agosto de 2013, onze foram pronunciadas para ir a júri popular.

Na semana passada o magistrado manteve a decisão de pronúncia em relação a José Raimundo Sales Chaves júnior, o "Júnior Bolinha"; os policiais Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros; Elker Farias Veloso; o capitão da PM, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o "Fábio Capita"; Fábio Aurélio do Lago e Silva, o "Bochecha"; os empresários Gláucio Alencar Pontes Carvalho e José de Alencar Miranda Carvalho (pai de Gláucio), que recorreram da pronúncia.

Na decisão do recurso, o juiz seguiu as contrarrazões do Ministério Público Estadual e remeteu o traslado dos recursos e do inquérito ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Também foi pronunciado em agosto o acusado Shirliano Graciano de Oliveira, que se manteve foragido durante todo o período da audiência de instrução do processo, realizada em maio de 2013, pelo juiz Márcio Brandão, que na época respondia pela 1ª Vara do tribunal do Júri.

Já o advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, denunciado pelo Ministério Público de participação no assassinato do jornalista não será levado a júri popular. Em outubro de 2013, o juiz Osmar Gomes impronunciou o acusado, por não verificar indícios suficientes que comprovem a autoria ou participação do advogado no crime.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Acusados pelo assassinato de Décio Sá começam a ser julgados em fevereiro

Dois dos 11 acusados do assassinato do jornalista Décio Sá serão julgados em fevereiro de 2014. O juiz titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Osmar Gomes dos Santos, marcou para o período de 3 a 5 a data do julgamento de Jhonathan de Sousa Silva (executor) e Marcos Bruno Silva de Oliveira. Eles serão levados a júri popular pelos crimes de homicídio e formação de quadrilha.

PÁGINA 12 [C1]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CASO DÉCIO SÁ

Acusados pela morte do jornalista começam a ser julgados em fevereiro

Dois dos 11 acusados do assassinato do jornalista Décio Sá serão julgados em fevereiro de 2014. O juiz titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Osmar Gomes dos Santos, marcou para o período de 3 a 5 a data do julgamento de Jhonathan de Sousa Silva (executor) e Marcos Bruno Silva de Oliveira. Eles serão levados a júri popular pelos crimes de homicídio e formação de quadrilha.

Décio Sá foi morto a tiros em 23 de abril de 2012, em um bar na Avenida Litorânea, em São Luís. O Ministério Público denunciou 12 pessoas pelo crime e, em agosto de 2013, 11 foram pronunciadas para ir a júri popular.

Na semana passada, o magistrado manteve a decisão de pronúncia em relação a José Raimundo Sales Chaves júnior, o "Júnior Bolinha"; os policiais Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros; Elker Farias Veloso; o capitão da PM, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o "Fábio Capita"; Fábio Aurélio do Lago e Silva, o "Bochecha"; os empresários Gláucio Alencar Pontes Carvalho e José de Alencar Miranda Carvalho (pai de Gláucio), que recorreram da pronúncia.

Na decisão do recurso, o juiz seguiu as contrarrazões do Ministério Público Estadual e remeteu o traslado dos recursos e do inquérito ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

Também foi pronunciado em agosto o acusado Shirliano Graciano de Oliveira, que se manteve foragido durante todo o período da audiência de instrução do processo, realizada em maio de 2013, pelo juiz Márcio Brandão, que na época respondia pela 1ª Vara do tribunal do Júri.

Já o advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, denunciado pelo Ministério Público de participação no assassinato do jornalista não será levado a júri popular. Em outubro de 2013, o juiz Osmar Gomes impronunciou o acusado, por não verificar indícios suficientes que comprovem a autoria ou participação do advogado no crime.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

IMPERATRIZ

Ação do MPMA cobra retirada de propagandas irregulares

A 3ª Promotoria de Justiça Especializada de Meio Ambiente de Imperatriz ingressou com uma Ação Civil Pública, com pedido de Liminar, contra o Município, cobrando a retirada de placas e outros instrumentos irregulares de propaganda das ruas da cidade. A ação, de autoria do promotor Jadilson Cirqueira de Sousa, foi protocolada em 21 de novembro mas até agora não teve qualquer resposta da Justiça.

A atuação do Ministério Público no caso teve início a partir de notícias recebidas da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (Comdec), em agosto de 2013, sobre instalações irregulares de diversas peças publicitárias (outdoors, placas, cavaletes, infláveis, painéis eletrônicos e telões) na cidade. Além da grande poluição visual, as peças estariam trazendo riscos à população por estarem instaladas muito próximas às redes de energia elétrica.

De acordo com a ação, a colocação irregular dos instrumentos de publicidade vai de encontro ao Código de Postura do Município de Imperatriz e contraria, também, o Código de Trânsito Brasileiro.

Em vistoria realizada pela Defesa Civil, foi constatado, ainda, o péssimo estado de conservação das placas, a instalação de forma desordenada e a ocupação de calçadas como extensão dos pontos de vendas. Além disso, as empresas responsáveis pela publicidade irregular não possuíam o devido licenciamento ambiental expedido pela Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Imperatriz (Sepluma).

Após notificar os infratores e não receber qualquer tipo de resposta, a Defesa Civil deu início à retirada das placas, trabalho que foi suspenso após a impetração de alguns mandados de segurança pelos proprietários de peças publicitárias.

No pedido de Liminar, o Ministério Público requer que a Justiça determine ao Município de Imperatriz que proceda a retirada de todas as peças publicitárias instaladas de forma irregular e sem licenciamento ambiental no prazo de 30 dias. Foi pedido, ainda, que a Prefeitura se abstenha de expedir qualquer licença provisória, precária ou definitiva sem que haja o devido licenciamento ambiental. Em caso de descumprimento, a promotoria pede a aplicação de multa diária de R$ 50 mil.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Julgamentos do DPVAT sem alteração

Se depender da desembargadora Cleonice Freire, que hoje assume a presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, não prevalecerá o entendimento da Turma de Unificação dos Juizados Especiais, Cíveis e Criminais quanto ao julgamento de processos para indenização a vítimas de acidentes de trânsito pelo DPVAT. Ela assegurou a um grupo de advogados que atuam nesta área que a norma baixada semana passada para que só seja dado andamento a processos que tenham sido iniciados com pedidos junto à Empresa de Correios Telégrafos e seguradoras não faz sentido, portanto não será posta em prática.

O advogado Ivaldo Castelo Branco, um dos líderes do movimento dos profissionais do Direito que se opõem a esse entendimento da Turma de Unificação, informou ontem que o próximo passo será uma audiência com a futura corregedora, Nelma Sarney. Segundo Ivaldo, cerca de 70 mil processos em todo o estado aguardam julgamento do Judiciário, sendo que 30 mil deles são da capital.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão tem novos dirigentes

Os desembargadores José de Ribamar Froz Sobrinho e Antonio Pacheco Guerreiro Júnior foram aclamados presidente e corregedor (respectivamente) do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão na tarde desta quinta-feira (19), durante sessão solene realizada no plenário do órgão.

"Agradeço a Deus por mais esta oportunidade de servir as pessoas, na nobre missão de distribuir justiça e por ter me abençoado com a minha maravilhosa família, que se dedica a mim por puro amor, sem receber quase nada em troca. Agradeço também aos desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça, bem como aos membros do Regional, pela escolha do meu nome para ser alçado nesta data ao cargo de presidente, comprometendo-me ainda mais aos deveres que meu cargo impõe", pontuou o novo presidente.

Guerreiro Júnior foi conduzido até o plenário para prestar o compromisso regimental e receber a Medalha do Mérito Eleitoral "Ministro Arthur Quadros Collares Moreira" pelos juízes estaduais José Eulálio Figueiredo de Almeida e Alice de Sousa Rocha.

Após ser agraciado com a comenda, o empossado agradeceu a confiança de seus pares do Tribunal de Justiça - que o elegeram para o TRE, local onde desempenhará as funções de vice-presidente e corregedor. O desembargador tomou posse, substituindo José Bernardo Silva Rodrigues, cujo biênio como membro efetivo da Corte Eleitoral encerrou também neste dia 19.

"Declinei da disputa, abrindo mão do cargo de presidente por enxergar no desembargador Froz Sobrinho um companheiro fiel, que assumiu no Tribunal de Justiça, enquanto eu era presidente daquela Casa, uma função difícil, que é o de coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, papel pelo qual ele vem se destacando. Eu assumo agora a Corregedoria, prometendo cumprir com os deveres do cargo. Tenho certeza que minha gestão compartilhada com Froz Sobrinho será marcada pela harmonia e por mais avanços", explicou Guerreiro Júnior.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Brasil é condenado por mortes de presos em presídios do MA

Corte da OEA exige medidas urgentes, após mais de 50 mortes no sistema prisional maranhense

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), entidade da Organização dos Estados Americanos (OEA), condenou o Brasil a adotar medidas urgentes para diminuir a superlotação nos presídios do Maranhão. A medida cautelar, que o órgão apenas concede em situações classificadas como "graves e urgentes", foi tomada na última segunda-feira e divulgada na noite de terça.

PÁGINA 1 [C2]

HOUVE 58 MORTES em prisões do sistema carcerário, desde o início do ano, segundo relatório da SSP-MA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Brasil é condenado por mortes de presos em presídios do Maranhão

Corte da OEA exige medidas urgentes, após mais de 50 mortes no sistema prisional maranhense

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), entidade da Organização dos Estados Americanos (OEA), condenou o Brasil a adotar medidas urgentes para diminuir a superlotação nos presídios do Maranhão. A medida cautelar, que o órgão apenas concede em situações classificadas como "graves e urgentes", foi tomada na última segunda-feira e divulgada na noite de terça.

De acordo com a decisão, assinada pela secretária executiva-adjunta do órgão, Elizabeth Abi-Mershed, o Brasil tem 15 dias para apresentar um relatório à entidade confirmando providências a serem adotadas para diminuir a superlotação dos presídios do Estado.

A CIDH também pede que órgãos do Poder Judiciário iniciem um processo investigatório relacionado à superlotação e às dezenas de mortes ocorridas nos presídios maranhenses neste ano. "As medidas buscam evitar um dano irreparável e preservar o exercício dos direitos humanos", informa a Comissão Interamericana de Direitos Humanos no documento.

Do início do ano até dezembro foram registrados 58 homicídios nas cadeias do Maranhão. No início de outubro, uma rebelião resultou na morte de nove detentos. Nesta terça-feira, outra rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas terminou em outras quatro mortes. Três presos foram decapitados.

No documento, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ainda suspeita da capacidade do governo do Estado do Maranhão de evitar novas mortes e reduzir a superlotação no CPP. Segundo investigações do Ministério Público do Maranhão (MPMA), somente o Complexo de Pedrinhas tem dois mil presos acima de sua capacidade. Ainda conforme a CIDH, apesar de o Estado ter decretado situação de emergência no sistema prisional em outubro, "novos atos de violência" ocorreram após as medidas emergenciais anunciadas pelo executivo.

Diante dos problemas nos presídios maranhenses, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com uma ação de intervenção federal no Supremo Tribunal Federal (STF). O caso ainda não tem data para ser julgado. O governo do Maranhão afirma que para melhorar o sistema penitenciário local investirá R$ 53 milhões, fruto de um empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Do site Último Segundo).

HOUVE 58 MORTES em prisões do sistema carcerário do Maranhão, desde o início do ano, segundo relatório da SSP-MA

'RABECÃO' sai do CDP de Pedrinhas levando corpos dos detentos mortos

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mais um confronto sangrento, com mortes e decapitação, aconteceu na terça-feira

Uma briga entre integrantes da facção "Bonde dos 40", na manhã da última terça-feira (17), no Centro de Detenção Provisória (CDP), em Pedrinhas, resultou na morte de quatro detentos – três deles decapitados – e cinco feridos.

Os mortos foram identificados como Irismar Pereira, Manoel Laércio dos Santos Ribeiro, Gilson Clay Rodrigues (que também usava os nomes falsos de Cleverson Oliveira e Alex Oliveira Ribeiro) e Diego Michael Mendes Coelho.

Irismar, Manoel e Gilson Clay foram decapitados. Diego morreu esfaqueado. Os cinco feridos também foram atingidos por facas e chuços. Eles foram medicados no próprio CDP.

Um dos decapitados, Irismar Pereira, foi acusado de ter contratado o sobrinho, Wesley Dutra Moraes, 19 anos, o "Jameca", para assassinar, em 14 de setembro de 2011, o motorista da Taguatur, Ronielson Lima Pinheiro, 28, conhecido como "Roni", em troca de R$ 2,5 mil. O crime, motivado por uma questão passional, ocorreu no ponto final de ônibus do Residencial Paraíso.

Segundo Hamilton Assunção, secretário adjunto de Estabelecimentos Penais da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), a briga ocorreu no Pavilhão Gama, e foi motivada pela disputa de liderança dentro da facção "Bonde dos 40".

O conflito começou, de acordo com Assunção, às 8h30 e às 10h já estava controlado, após a intervenção do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop), com o apoio de poucos homens da Força Nacional, cuja maioria do contingente (mais da metade dos 150 que chegaram ao Maranhão em outubro) já saiu do estado.

O **Jornal Pequeno** apurou que apenas 60 homens da FN ainda permanecem no Maranhão, mas não atuam em tempo integral nos presídios do Complexo de Pedrinhas e na CCPJ do Anil, como no início. Só são deslocados às unidades prisionais quando chamados, como ocorreu ontem.

Após a briga, todos os presos do Pavilhão Gama foram colocados na quadra, por onde passaram por uma minuciosa revista pessoal. As celas do pavilhão também foram vistoriadas.

Os corpos foram periciados pelo Instituto de Criminalística (Icrim) e removidos para o Instituto Médico Legal (IML). Os crimes serão investigados pela Delegacia de Homicídios de São Luís. De acordo com Hamilton Assunção, o CDP tem capacidade para 410 internos, porém atualmente abriga 630.

Em outubro, o sistema penitenciário do Maranhão já havia experimentado dias tumultuados, com 17 mortes de detentos – quinze delas como resultado de três motins no sistema, dois no dia 1º e um no dia 9. Um preso foi decapitado – Elson de Jesus Pereira, 44, assassinado na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) de Pedrinhas, no dia 1º. Mais de 20 presos saíram feridos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Novas juízas assinam Termo de Exercício

As magistradas Lorena Brandão e Samira Heluy assinaram, na manhã de ontem (19), na Corregedoria Geral da Justiça, seus termos de Exercício como juízas auxiliares de Entrância Final. A solenidade, realizada no gabinete do corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, foi acompanhada pelos juízes auxiliares da CGJ, Nélson Martins Filho e Isabella Lago, e mais o juiz Mário Márcio de Almeida, auxiliar da capital.

No ato da assinatura, o desembargador desejou muita sorte às juízas. "É com muito carinho que recebemos vocês aqui em São Luís. Já sei da competência e da qualidade de vocês duas, e desejo muita sorte nessa jornada que se inicia", observou Cleones Cunha.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

TRT-MA libera alvarás para pagamento da dívida do Município de São Luís

A Seção de Precatórios do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA) recebeu do Comitê Gestor de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão o montante de R$ 890.336,30 para pagamento de precatórios do Município de São Luís. Os alvarás começaram a ser liberados desde ontem (19).

Inicialmente, serão liberados 39 alvarás, para exequentes com trâmite preferencial por motivo de doença grave e idade avançada, até o teto legal de R$ 20.340,00, em quantia líquida e certa, independentemente do ano orçamentário de autuação do precatório, e os orçamentos de 2010 e 2011 de natureza alimentícia, com trâmite normal.

Para poder expedir os alvarás pertinentes aos processos 90399-2009, 90175-2011 e 90332-2009, a Seção de Precatórios aguarda a devolução dos referidos autos, que foram remetidos à Procuradoria Regional do Trabalho para manifestação quanto aos pedidos de sequestro.

Segundo informações da chefe da Seção de Precatórios, Suzana Regina Pontes de Castro Moreira, o Município de São Luís apresenta um débito desde o ano orçamentário de 2010 e, mesmo com esse depósito, não conseguirá atualizar o pagamento do ente público. "Ainda assim, consideramos uma estatística positiva, pois reduziremos o passivo dos precatórios. Sabe-se que a execução contra a Fazenda Pública é um gargalo para muitos regionais, e o TRT16 vem tentando fazer a diferença de forma exitosa", disse Suzana Moreira.

A servidora também observou que toda a equipe da Seção de Precatórios do TRT comemora o fechamento do ano de 2013 com um saldo positivo. "Esperamos que as propostas de pagamentos já encaminhadas a todos os entes públicos municipais que têm precatório para o orçamento de 2014 sejam aceitas com sucesso", concluiu.

Funcionamento durante o recesso forense – A Seção de Precatórios do TRT-MA funcionará durante o recesso, nos dias 20, 23, 26, 27 e 30 de dezembro de 2013 e nos dias 2, 3 e 6 de janeiro de 2014, das 13h às 17h30.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Judiciário aprova calendário de feriados forenses de 2014

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou, na sessão plenária administrativa de quarta-feira (18), resolução (GP 632013) que relaciona os feriados, pontos facultativos e suspensões de expediente do Poder Judiciário para o ano de 2014. A medida considera a necessidade de planejamento e organização das atividades dos órgãos do Judiciário estadual, especialmente as audiências e o plantão judiciário.

Nos dias em que houver suspensão de expediente forense, o mecanismo de apreciação dos requerimentos judiciais permanece como de "natureza urgente" e seguirá através dos plantões.

As horas não trabalhadas, obedecendo ao cronograma do calendário de feriados, poderão ser compensadas pelos servidores e magistrados em período oportuno do mesmo exercício, à razão de 1 hora por dia, a critério da presidência do TJ-MA. Já os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a compensação pelo Judiciário.

Calendário – Não haverá expediente nos feriados de 1º de Janeiro (Ano Novo); 3 e 4 de março (Carnaval); 17 de abril (quinta-feira santa); 18 de abril (sexta-feira santa); 21 de abril (Dia de Tiradentes); 1º de maio (Dia do Trabalho); 19 de junho (Corpus Christi); 28 de julho (Adesão do Maranhão à Independência do Brasil); 8 de setembro (Fundação de São Luís); 28 de outubro (Dia do Funcionário Público); 20 de novembro (Dia da Consciência Negra); 8 de dezembro (Dia da Justiça); 25 de dezembro (Natal).

Não haverá também expediente judiciário nas comarcas do interior nos feriados definidos em lei municipal.

São considerados pontos facultativos no âmbito do Poder Judiciário estadual os dias 5 de março (quarta-feira de cinzas); 16 de abril (Semana Santa); 24 de dezembro (Véspera de Natal); 31 de dezembro (Véspera de Ano Novo).

O expediente será suspenso nas seguintes datas, compreendidas entre feriados e fins de semana: 2 de maio (sexta-feira que sucede ao feriado de 1º de maio); 20 de junho (sexta-feira que sucede ao feriado de Corpus Christi); 27 de outubro (segunda-feira que antecede ao Dia do Funcionário Público); 21 de novembro (sexta-feira que sucede ao Dia da Consciência Negra); 26 de dezembro (sexta-feira que sucede ao Natal).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Três mulheres comandam Judiciário do MA a partir de hoje

DIVULGAÇÃO

CLEONICE, NELMA E ANILDES: comando do Judiciário é das mulheres

A poucos dias do fim do ano em que o Tribunal de Justiça completou dois séculos de existência, o Poder Judiciário estadual passará a ser comandado por três mulheres, algo inédito em sua história. Às 10h desta sexta-feira (20), as desembargadoras Cleonice Freire, Anildes Cruz e Nelma Sarney tomarão posse nos cargos de presidente, vice e corregedora-geral da Justiça, respectivamente.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Três mulheres comandam Judiciário do Maranhão a partir de hoje

A poucos dias do fim do ano em que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) completou dois séculos de existência, o Poder Judiciário estadual passará a ser comandado por três mulheres, algo inédito em sua história. Às 10h desta sexta-feira (20), as desembargadoras Cleonice Freire, Anildes Cruz e Nelma Sarney tomarão posse nos cargos de presidente, vice e corregedora-geral da justiça, respectivamente.

O local da solenidade também leva nome de mulher: o auditório Madalena Serejo, em homenagem à desembargadora falecida em 9 de março deste ano, situado no térreo da sede do Fórum de São Luís, no Calhau.

Para completar, a presidente eleita receberá o cargo da desembargadora Maria dos Remédios Buna Magalhães, empossada na presidência após a renúncia do desembargador Guerreiro Júnior, na última quarta-feira, candidato eleito para membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA).

As três integrantes da nova mesa diretora foram eleitas em sessão plenária administrativa, no dia 2 de outubro passado, para o biênio que vai de dezembro de 2013 a dezembro de 2015.

"Precisamos passar 200 anos para que a mesa diretora do Tribunal de Justiça fosse ocupada por mulheres. Vou ter a alegria de dividir o cotidiano da Corte com as duas. Com os senhores, colegas, dividiremos tarefas e responsabilidades", destacou Cleonice Freire, na data em que foi eleita presidente.

Colar – A cerimônia desta sexta será aberta pela presidente Buna Magalhães. Ela dará posse a Cleonice Freire, que receberá o Colar Judiciário "Clóvis Bevilacqua", com o qual são agraciados os desembargadores-presidentes.

A nova presidente assumirá os trabalhos e, em seguida, dará posse à vice, Anildes Cruz, e à corregedora-geral da Justiça, Nelma Sarney.

O discurso de saudação às três magistradas ficará a cargo do desembargador Lourival Serejo. Por fim, a presidente Cleonice Freire fará seu discurso de posse

Cleonice, Nelma e Anildes: comando do Judiciário é das mulheres

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mulheres no poder

A partir de hoje (20) o Tribunal de Justiça do Maranhão passa a ser comandado pelas desembargadoras Cleonice Freire, Anildes Cruz e Nelma Sarney. Elas tomarão posse nos cargos de presidente, vice e corregedora-geral da Justiça, respectivamente.

As três integrantes da nova mesa diretora foram eleitas em sessão plenária administrativa, no dia 2 de outubro passado, para o biênio que vai de dezembro de 2013 a dezembro de 2015.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
6ª VARA CIVEL DA COMARCA DE SAO LUIS-MA.
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau
Cep : 65076-820 - São Luis - Ma
Fone : 98 3194 5483

EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA COM PRAZO DE 30 DIAS

PROC. Nº. 41357-55.2010.8.10.0001 (403662010).
AÇÃO: Procedimento Ordinário.
EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A.
EXECUTADO: FLAVIO ANTONIO BRITO NUNES JUNIOR, MICHELE KARINE FERRAZ NUNES.

A Excelentíssima Senhora Patrícia Marques Barbosa, Juíza de Direito Auxiliar resp.p/ da 6ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, e dele conhecimento tiverem, que por este meio com o prazo de 30 (trinta) dias, que ficam **CITADOS os** requeridos, **FLAVIO ANTONIO BRITO NUNES JUNIOR, inscrito no CPF nº 001.881.303-81, MICHELE KARINE FERRAZ NUNES, inscrito no CPF nº 009.250.973-81,** todos atualmente em lugar incerto e não sabido. **Para pagar, no prazo de 03 (três) dias, a importância de R$ 18.789,32(dezoito mil setecentos e oitenta e nove reais e trinta e dois centavos),** e mais despesas jurídicas, ou nomear bens a penhora, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida, tudo nos termos da petição inicial anexa por cópia e despacho do MM. Juiz adiante transcrito: **DESPACHO: "defiro a citação por edital da parte executada, devendo este ser expedido, obedecendo ao disposto no art. 232 do CPC.** "Cientifique que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, o(a) executado(a), independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos (artigos 736 e 738 do CPC). Informe que esta Secretaria e Juízo funcionam no Fórum Desembargador Sarney Costa, na Avenida Carlos cunha, s/n - Calhau, 6º andar, CEP: 65076-820, nesta cidade, Fone: 98 3194 5483. E que seu prazo que correrá da publicação assim que decorrerem os 30 (trinta) dias fixados, ficando assim perfeita e válida esta citação. O presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado o presente mandado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, na Secretaria a meu cargo aos 25 de outubro de 2013). Eu, Liana Alves Luciano _____, Secretária Judicial Subs. digitei e subscrevo.

Patrícia Marques Barbosa
Juíz Auxiliar resp.p/ 6ª Vara Cível

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 51/2013
Processo Administrativo n° 25340/2013

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei nº 10.520/02, Lei Estadual nº 9.579/12, dos Decretos Federais nº 5.450/05, nº 3.555/00, do Decreto Estadual nº 28.493/12, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, **a REABERTURA DE PRAZO DA LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização, descupinização e desratização,** inicialmente marcado para o dia 24/07/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília).

Assim, a nova data para a abertura da sessão pública será no dia **20/01/2014, às 11:00 horas (horário de Brasília),** através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br.

O pregoeiro informa que o edital com as devidas alterações encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 18 de dezembro de 2013.
André de Sousa Moreno
Pregoeiro TJ/MA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
5ª VARA CIVEL DA COMARCA DE SAO LUIS-MA.
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau
Cep : 65076-820 - São Luis - Ma
Fone : 98 3194 5483

EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA COM PRAZO DE 30 DIAS

PROC. Nº. 33533-45.2010.8.10.0001 (325972010).
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial.
EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - BNB.
EXECUTADO: ADELAIDE OLIVEIRA ALMEIDA.
MONICA GARCIA DA SILVA.

A Excelentíssima Senhora Patrícia Marques Barbosa, Juíza de Direito Auxiliar resp.p/ 6ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, e dele conhecimento tiverem, que por este meio com o prazo de 30 (trinta) dias, que ficam **CITADOS** as requeridas, **ADELAIDE OLIVEIRA ALMEIDA inscrita no CPF nº 001.350.123-25 E MONICA GARCIA DA SILVA**, atualmente em lugar incerto e não sabido. **Para pagar, no prazo de 03 (três) dias, a importância de R$ 19.981.12(dezenove mil novecentos e oitenta e um reais e doze centavos),** e mais despesas jurídicas, ou nomear bens a penhora, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida, tudo nos termos da petição inicial anexa por cópia e despacho do MM. Juiz adiante transcrito: **DESPACHO: "No caso destes autos, o credor promoveu meios de localização do devedor, com a expedição de carta precatória para outro juizo, sem obter êxito.Isto posto, com o fim de obstar a prescrição, defiro a citação por edital, com prazo de 30 dias correndo da primeira publicação, observando-se as formalidades do art.232,CPC.Cumpra-se.São Luís (MA), 26 de julho de 2013.Juiz Wilson Manoel de Freitas Filho.Auxiliar, respondendo p/ 6ª Vara Cível."**Cientifique que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, o(a) executado(a), independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos (artigos 736 e 738 do CPC). Informe que esta Secretaria e Juízo funcionam no Fórum Desembargador Sarney Costa, na Avenida Carlos cunha, s/n - Calhau, 6º andar, CEP: 65076-820, nesta cidade, Fone: 98 3194 5483. E que seu prazo que correrá da publicação assim que decorrerem os 30 (trinta) dias fixados, ficando assim perfeita e válida esta citação. O presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado o presente mandado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, na Secretaria a meu cargo aos 18 de outubro de 2013). Eu, Liana Alves Luciano _____, Secretária Judicial Subs. digitei e subscrevo.

Patrícia Marques Barbosa
Juíza de Direito Auxiliar resp.p/ 6ª Vara Cível

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
6ª VARA CIVEL DA COMARCA DE SAO LUIS-MA.
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau
Cep : 65076-820 - São Luis - Ma
Fone : 98 3194 5483

EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA COM PRAZO DE 30 DIAS

PROC. Nº. 14239-36.2012.8.10.0001 (151732012).
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial.
EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A .
EXECUTADO: ANTONIO CARLOS FRANÇA DE SA.

A Excelentíssima Senhora Patrícia Marques Barbosa, Juíza de Direito Auxiliar resp.p/ 6ª Vara Cível da Comarca de Sao Luis, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, e dele conhecimento tiverem, que por este meio com o prazo de 30 (trinta) dias, que fica **CITADO a requeridas, ANTONIO CARLOS FRANÇA DE SA,** atualmente em lugar incerto e não sabido. **Para pagar, no prazo de 03 (três) dias, a importância de R$ 16.747.21(dezesseis mil setecentos e quarenta e sete reais e vinte e um centavos),** e mais despesas jurídicas, ou nomear bens a penhora, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida, tudo nos termos da petição inicial anexa por cópia e despacho do MM. Juiz adiante transcrito: **DESPACHO: "Considerando o prazo prescricional definido em lei para o título extrajudicial executado - nota de crédito rural - e com o fim de obstar a prescrição, defiro a citação por edital da parte executada, devendo este ser expedido, obedecendo ao disposto no art. 232 do CPC. Fixo o prazo de 30 dias, correndo da primeira publicação, alertando-se ainda o exequente da necessidade de publicação em jornal de ampla circulação, ônus que cabe ao credor.Cumpra-se.São Luis (MA), 19 de agosto de 2013.Wilson Manoel de Freitas Filho.Juiz Auxiliar, respondendo p/ 6ª Vara Cível"**Cientifique que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, o(a) executado(a), independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos (artigos 736 e 738 do CPC). Informe que esta Secretaria e Juízo funcionam no Fórum Desembargador Sarney Costa, na Avenida Carlos cunha, s/n - Calhau, 6º andar, CEP: 65076-820, nesta cidade, Fone: 98 3194 5483. E que seu prazo que correrá da publicação assim que decorrerem os 30 (trinta) dias fixados, ficando assim perfeita e válida esta citação. O presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado o presente mandado nesta cidade de São Luis, Capital do Estado do Maranhão, na Secretaria a meu cargo aos 30 de outubro de 2013). Eu,_____, Liana Alves Luciano , Secretária Judicial Subs. digitei e subscrevo.

Patrícia Marques Barbosa
Juíza de Direito Auxiliar resp.p/ 6ª Vara Cível

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Operação da Polícia Civil prende assaltantes em Viana

Equipes de policiais civis do município de Viana, sob a coordenação da delegada regional, Maira Eunice Ferreira, deflagraram uma operação na manhã desta quinta-feira (19), em cumprimento a dois mandados de prisão expedidos pelo juiz Reginaldo Cordeiro Júnior, da 2ª Vara Criminal.

Foram presos os elementos Eliatan Lima Veloso e Roniery Jouberth Costa Azevedo. De acordo com a polícia, ambos foram abordados na Praça da Bíblia, em Viana, quando faziam algumas compras.

A delegada disse que eles são acusados de cometer vários assaltos à mão armada pela cidade. "Diversas vítimas procuraram a delegacia para apresentar denúncias contra esses elementos e agora nós conseguimos prendê-los", informou.

Com eles, a polícia apreendeu duas motocicletas, sendo uma Fan, de cor preta e uma Pop, de cor laranja, além de vários celulares. Ambos foram autuados pelo crime de roubo e encaminhados à Unidade Prisional de Viana.

As investigações da Polícia Judiciária devem continuar a fim de investigar a procedência das duas motos e sobre o envolvimento deles em outras ações criminosas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

EDITORIAL

Cinco anos de vaias

O governo do Maranhão perdeu o prazo de validade, entrou em decurso de prazo. Até se compreende que haja rejeição popular contra uma administração no primeiro ano de governo, mas manter essa rejeição durante cinco anos seguidos, ser constantemente vaiada pela população depois de concluir uma administração e meia é o cúmulo da incompetência.

A primeira vaia contra Roseana partiu da inteligência maranhense, revoltada e indignada com a cassação de Jackson Lago, com o uso do poder para além de toda a ética e dignidade; com a força bruta do tráfico de influência conspurcando moralmente o Poder Judiciário do país. Outra vez foi vaiada pela inteligência maranhense quando compraram o PT do Maranhão. E foi Roseana vaiada a terceira vez pela inteligência do Estado quando, usando do mesmo método de abominar o Poder Judiciário, evitou sua própria cassação por corrupção, fulminando regras constitucionais pétreas do país. Tornou-se a corrupção neste momento o principal sinal de interdependência entre os poderes.

E até hoje Roseana enfrenta as vaias do povo, por razões que se concentram não apenas na incompetência, mas na mais completa inapetência administrativa. O governo não tem mais vontade de governar. Uma grande prova disso é a presença contumaz, onipresente e onisciente de carniceiros na Penitenciária de Pedrinhas, e a grande ilha de São Luís fechando o ano com quase mil homicídios. O governo não tem mais forças nem para assinar demissões.

As crises internas explodem na Assembleia Legislativa. Porque o governo é fraco, inclusive em sua autoridade, os deputados ameaçam não aprovar o orçamento de 2014, por sinal eivado de injustiças e incongruências. Na Câmara Municipal, vereadores da base do governo tornam-se passíveis de cassação por conta de suspeitas de agiotagem, essas envolvendo um dos principais bancos privados do país – o Bradesco. A deputada Priscila Sá reclama da atuação do governo, o deputado Edilázio Júnior reclama, o deputado Milhomen diz às escancaras que a família de seu colega Rigo Teles é procurada pela Polícia Federal.

O Ministério Público está investigando convênios suspeitos na área da Secretaria de Desenvolvimento Social e os indicadores do Maranhão isolam o estado na condição de pior em tudo o que diz respeito à qualidade de vida do povo maranhense. Perturbado eleitoralmente pelas pesquisas, o governo escolhe o prefeito Edivaldo Holanda Júnior para praticar tiro ao alvo e tirar a atenção do fato de que o modelo político subscrito pelo senador José Sarney há 40 anos está tornando o Maranhão ingovernável, se não inviável.

São cinco anos de vaias. Já está na hora de por a viola no saco e ir embora.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação